



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Tribunal de Justiça**  
**Controle Interno e Auditoria**

**PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO DO CONTROLE INTERNO**

**1 – APRESENTAÇÃO**

O Controle Interno e Auditoria do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, em atenção às determinações legais, apresenta o Parecer Técnico Conclusivo de Análise da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial, em cumprimento a Resolução TCE/MS nº 88, de 15 de outubro de 2018, alterada pela Resolução TCE/MS nº 119, de 18 de dezembro de 2019, relativas às contas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul - Unidade Gestora (UG) Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais - FUNJECC, referente ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Na elaboração deste Parecer Técnico, procurou-se explicitar as principais informações produzidas na condução da gestão e das políticas públicas implementadas pelo Poder Judiciário/MS no decorrer do exercício de 2019, evidenciando a relação entre a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

**2 – INTRODUÇÃO**

No exercício de sua competência, o Controle Interno e Auditoria procedeu à análise e acompanhamento das contas do Poder Judiciário/MS, executadas pela Secretaria de Finanças, responsável pela execução da contabilidade e pela administração financeira da Unidade Gestora FUNJECC.

Os trabalhos foram realizados em observância às normas e procedimentos de controle interno, comumente aplicados ao setor público, consoante as disposições expressas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração



# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Controle Interno e Auditoria

e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, bem como a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de responsabilidade fiscal e os demais sistemas normativos complementares. Abrangem também as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

As demonstrações apresentadas na Prestação de Contas refletem a utilização dos recursos consignados no Orçamento da Unidade Gestora FUNJECC, para o exercício de 2019, sendo materializados nos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa, extraídos do Sistema de Planejamento e Finanças – SPF.

Os registros de todas as operações foram executados tendo como base a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

### **3 – DA PREVISÃO E ARRECADAÇÃO DA RECEITA**

A receita do Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais – FUNJECC para o exercício de 2019 foi estimada em R\$160.000.000,00, por meio da Lei Estadual nº 5.310 de 21 de dezembro de 2018, publicado no Suplemento II do Diário Oficial nº 9.807 de 26 de dezembro de 2018, conforme detalhamento evidenciado no quadro a seguir:



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul  
Tribunal de Justiça  
Controle Interno e Auditoria

Quadro 01- Previsão da Receita LOA/2019

Natureza da Receita	Descrição	Previsão Orçamentária (R\$)
112202110101	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	77.000.000,00
112203110101	Emolumentos e Custas Extrajudiciais - Principal	24.000.000,00
<b>11</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>101.000.000,00</b>
131001110101	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	300.000,00
132100110101	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.700.000,00
136001110301	Cessão do Direito de Gerenciamento de Depósitos Judiciais - Principal	16.000.000,00
<b>13</b>	<b>Receita Patrimonial</b>	<b>18.000.000,00</b>
161001110102	Outros Serviços Comerciais - Principal	10.000.000,00
161001110399	Outros Serviços Administrativos - Principal	1.000.000,00
169099110101	Outros Serviços - Principal	2.000.000,00
<b>16</b>	<b>Receitas de Serviços</b>	<b>13.000.000,00</b>
736001110301	Cessão do Direito de Gerenciamento de Depósitos Judiciais	28.000.000,00
<b>Total</b>		<b>160.000.000,00</b>

FONTE: Lei 5.310, de 21/12/18.

A Unidade Gestora FUNJECC é um Fundo criado pela Lei nº. 1.071/1990 com arrecadação própria cujas fontes de recursos origina-se principalmente dos Emolumentos e Custas (Judicias e Extrajudicial).



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul  
Tribunal de Justiça  
Controle Interno e Auditoria

A Receita Orçamentária, com previsão inicial de R\$ 160.000.000,00, foi para R\$165.000.000,00 devido a reestimativa da receita, sendo assim, atualizada a previsão inicial da receita.

O quadro abaixo evidencia a arrecadação da receita por natureza e o percentual que cada uma representa no total arrecadado.

**Quadro 02 - Demonstrativo da Execução da Receita**

<b>Código</b>	<b>Descrição</b>	<b>Previsão Inicial</b>	<b>Arrecadado</b>	<b>% Participação</b>
112202110101	Emolumentos e Custas Judiciais – Principal	77.000.000,00	87.019.829,44	50,40
112202130000	Emolumentos e Custas Judiciais – Dívida Ativa	0,00	1.484.477,08	0,86
112203110101	Emolumentos e Custas Extrajudiciais – Principal	24.000.000,00	25.403.573,15	14,71
<b>11</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>101.000.000,00</b>	<b>113.907.879,67</b>	<b>65,97</b>
131001110101	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	300.000,00	347.406,92	0,20
132100110101	Remuneração de Depósitos Bancários – Principal	1.700.000,00	2.540.464,36	1,47
136001110101	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos – Folha de Pagamento - Principal	0,00	1.151.250,00	0,67
136001110301	Cessão do Direito de Gerenciamento de Depósitos Judiciais	16.000.000,00	10.409.003,45	6,03
<b>13</b>	<b>Receita Patrimonial</b>	<b>18.000.000,00</b>	<b>14.448.124,73</b>	<b>8,37</b>
161001110102	Outros Serviços Comerciais - Principal	10.000.000,00	9.776.105,17	5,66
161001110399	Outros Serviços Administrativos - Principal	1.000.000,00	905.539,42	0,52
161002110101	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	0,00	1.467.310,02	0,85
169099110101	Outros Serviços - Principal	2.000.000,00	4.891.284,03	2,83
<b>16</b>	<b>Receitas de Serviços</b>	<b>13.000.000,00</b>	<b>17.040.238,64</b>	<b>9,87</b>



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul  
Tribunal de Justiça  
Controle Interno e Auditoria

191009110101	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	0,00	492.200,09	0,29
192206110101	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	33.122,73	0,02
192299110101	Outras Restituições - Principal	0,00	107.781,28	0,06
192399110101	Outros Ressarcimentos - Principal	0,00	58.912,66	0,03
199099110101	Outras Receitas – Primárias	0,00	10.515,41	0,01
<b>19</b>	<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>702.532,17</b>	<b>0,41</b>
736001110301	Cessão do Direito de Gerenciamento de Depósitos Judiciais (Intraorçamentária)	28.000.000,00	26.550.163,33	15,38
<b>73</b>	<b>Receita Patrimonial Intraorçamentária</b>	<b>28.000.000,00</b>	<b>26.550.163,33</b>	<b>15,38</b>
<b>Total</b>		<b>160.000.000,00</b>	<b>172.648.938,54</b>	<b>100</b>

Cabe destacar que o excesso de arrecadação do exercício foi de R\$12.648.938,54, sendo utilizado como fonte para abertura de crédito adicional o valor R\$5.000.000,00, conforme inciso II, § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64.

No que tange a evolução da arrecadação, observa-se uma variação positiva no valor arrecadado nos períodos comparados, conforme demonstrado no quadro abaixo:

**Quadro 03 - Comparativo da Evolução da Receita Arrecadada**

Exercício	Valor Arrecadado	Variação Anual	% Variação
2017	164.855.857,05	-	-
2018	166.553.665,28	1.697.808,23	1,03
2019	172.648.938,54	6.095.273,26	3,66

Fonte: Prestação de Contas dos Exercícios 2017 a 2019.



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Tribunal de Justiça  
Controle Interno e Auditoria

#### 4 – DA FIXAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA

A despesa fixada para o exercício de 2019 foi R\$160.000.000,00 conforme a Lei Estadual nº 5.310 de 27 de dezembro de 2018, conforme demonstrado no quadro abaixo:

**Quadro 04 - Despesa Fixada - LOA/2019**

<b>FUNJECC</b>	<b>OUTRAS FONTES</b>	<b>% Participação</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>153.534.700,00</b>	<b>95,96</b>
Outras Despesas Correntes	153.534.700,00	95,96
<b>Despesas de Capital</b>	<b>6.465.300,00</b>	<b>4,04</b>
Investimentos	6.465.300,00	4,04
<b>Total por Fonte de Recursos</b>	<b>160.000.000,00</b>	<b>100</b>

FONTE: Lei 5.310, de 27/12/18.

O quadro acima demonstra a participação das despesas por grupo em relação ao orçamento total fixado na Lei Orçamentária Anual.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual, em observância à Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019, a despesa autorizada e a executada segundo as categorias econômicas e grupo de despesas estão demonstradas a seguir:



# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Controle Interno e Auditoria

**Quadro 05 - Execução da Despesa Autorizada**

Grupo	Fixada (Orçamento Inicial)	Autorizada (Inicial + Adicionais)	Realizada (Empenhado)	% Em relação ao Orçamento Atualizado no Grupo	% Em relação ao Total Realizado
<b>Despesas Correntes</b>	<b>153.534.700,00</b>	<b>170.682.216,00</b>	<b>160.914.090,03</b>	<b>94,28</b>	<b>97,14</b>
Outras Desp. Correntes	153.534.700,00	170.682.216,00	160.914.090,03	94,28	97,14
<b>Despesas de Capital</b>	<b>6.465.300,00</b>	<b>9.817.784,00</b>	<b>4.745.687,37</b>	<b>48,34</b>	<b>2,86</b>
Investimentos	6.465.300,00	9.817.784,00	4.745.687,37	48,34	2,86
<b>Total</b>	<b>160.000.000,00</b>	<b>180.500.000,00</b>	<b>165.659.777,40</b>	<b>91,78</b>	<b>100</b>
<b>Economia Orçamentária</b>			<b>14.840.222,60</b>		

Fonte: Anexo 12 - Balanço Orçamentário – SPF

A despesa realizada atingiu o valor de R\$ 165.659.777,40 correspondendo aproximadamente 92% da despesa autorizada, que foi de R\$ 180.500.000,00. Deste modo, o montante de R\$ 14.840.222,60 não foi utilizado para a execução da despesa.

**Quadro 06 – Dotação Atualizada e Execução Orçamentária por Ações**

PROGRAMA DE TRABALHO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO		EXECUÇÃO DA DESPESA			% Executado
		Inicial	Atualizada	Empenhada	Liquidado	Pago	
	<b>TOTAL - Fonte 0240</b>	<b>160.000.000,00</b>	<b>180.500.000,00</b>	<b>165.659.777,40</b>	<b>145.552.841,90</b>	<b>143.939.016,62</b>	<b>91,78</b>



# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

## Tribunal de Justiça

### Controle Interno e Auditoria

<b>0003 Gestão da Prestação Jurisdicional</b>	1057 - Gestão e operacionalização do Plano Estratégico do PJMS	9.484.300,00	9.284.300,00	2.007.551,81	1.922.657,60	1.922.657,60	21,62
	2044 - Gestão e operacionalização das atividades administrativas e jurisdicionais do PJMS	113.948.400,00	134.648.400,00	132.489.043,66	120.570.028,10	119.051.965,72	98,40
	2045 - Modernização e aprimoramento em tecnologias da informação	30.000.000,00	30.000.000,00	25.744.508,91	18.914.174,04	18.862.076,96	85,82
	2046 - Gestão institucional e comunicação social	3.227.000,00	3.227.000,00	2.506.735,67	1.955.016,59	1.941.515,22	77,68
	2047 - Formação e aperfeiçoamento de pessoal e magistrados	3.340.300,00	3.340.300,00	2.911.937,35	2.190.965,57	2.160.801,12	87,18

Da análise do quadro acima, identifica-se que as ações previstas no orçamento para o exercício de 2019 tiveram um desempenho acima de 75%, com exceção da ação 1057 – Gestão e Operacionalização do Plano Estratégico do PJMS que desempenhou aproximadamente 22% do previsto, a análise considerou a despesa empenhada em confronto com a dotação atualizada.

A ação 1057 referente a gestão e operacionalização do planejamento estratégico do PJMS para o exercício de 2019 compreendia as despesas com assessoria e consultoria técnica PJ, serviços técnicos profissionais, manutenção e conservação de bens imóveis, estudos e projetos, obras, instalações e aquisição de máquinas e equipamentos energéticos, o quadro abaixo detalha o desempenho da ação 1057.



# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Controle Interno e Auditoria

**Quadro 07 – Execução da Ação 1057 – Gestão e Operacionalização do Plano Estratégico do PJMS**

<b>Despesas</b>	<b>Dotação Atualizada</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>	<b>Pago</b>
Assessoria e Consultoria Técnica-PJ	380.000,00	-	-	-
Serviços Técnicos Profissionais	174.300,00	-	-	-
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	6.155.000,00	1.552.006,87	1.467.650,86	1.467.650,86
Estudos e Projetos	120.000,00	-	-	-
Obras em Andamento	1.403.683,06	221.940,33	221.940,33	221.940,33
Instalações	817.712,33	-	-	-
Máquinas e Equipamentos Energéticos	233.604,61	233.604,61	233.066,41	233.066,41
<b>Total</b>	<b>9.284.300,00</b>	<b>2.007.551,81</b>	<b>1.922.657,60</b>	<b>1.922.657,60</b>

O valor R\$380.000,00 era previsto para contratação de assessoria e consultoria PJ, com objetivo de revisar o planejamento estratégico 2015/2020 do PJMS; o valor R\$150.000,00 estava previsto para gestão por competências no 1º e 2º Grau. O restante da parcela não executada estava previsto para manutenção e conservação dos bens imóveis, e também para obras e instalações.

## **5 – DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Tribunal de Justiça  
Controle Interno e Auditoria

No exercício de 2019, foram abertos créditos adicionais suplementares no valor R\$24.905.516,00, tendo como origem de recursos o superávit financeiro do exercício anterior, o excesso da arrecadação e a anulação de dotação, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64, conforme quadro abaixo:

**Quadro 08 – Demonstrativo das Movimentações Orçamentárias**

<b>Grupo da Despesa</b>	<b>Superávit Financeiro Inciso I</b>	<b>Excesso de Arrecadação Inciso II</b>	<b>Anulação de Dotação Inciso III</b>	<b>Total</b>
Outras Desp.Correntes	15.500.000,00	5.000.000,00	3.979.000,00	24.479.000,00
Investimentos	-	-	426.516,00	426.516,00
<b>TOTAL</b>	<b>15.500.000,00</b>	<b>5.000.000,00</b>	<b>4.405.516,00</b>	<b>24.905.516,00</b>

Fonte: Demonstrativo de Abertura de Créditos Adicionais – SPF

## 6 - DOS BALANÇOS ANUAIS

### 6.1 - Balanço Orçamentário

Definido no artigo 102 da Lei 4.320/1964, o Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, sendo estruturado nos termos do Anexo 12.

Atendendo ao princípio do Equilíbrio Orçamentário, a Lei nº 5.310/2018, Lei Orçamentária Anual 2019, previu as receitas e autorizou as despesas de forma igualitária em R\$160.000.000,00.



**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Tribunal de Justiça**  
**Controle Interno e Auditoria**

A receita orçamentária por ser prevista, pode ser arrecadada a maior ou menor. No exercício de 2019 na unidade Gestora FUNJECC obteve excesso na arrecadação.

A despesa orçamentária só pode ser realizada até o valor autorizado, somente poderá ser emitido empenhos até o valor dos créditos orçamentários disponíveis, sendo que no ano de 2019 ocorreu uma economia na execução da despesa no valor R\$14.840.222,60.

O resultado orçamentário do exercício foi um superávit no valor R\$6.989.161,14, decorrente do confronto das receitas realizadas com as despesas empenhadas.

#### **6.1.1 – Execução dos Restos a Pagar**

No exercício de 2019, a UG FUNJECC pagou R\$11.236.286,42 e cancelou R\$4.151.906,78 do seu estoque de Restos a Pagar Não Processados inscritos no exercício anterior.

Com relação a execução dos Restos a Pagar Processados no ano de 2019, a UG FUNJECC pagou R\$3.353.348,07 e cancelou R\$15.521,21 do estoque.

#### **6.2 - Balanço Financeiro**

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e dispêndios de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, transferências financeiras, bem como os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, juntamente com os saldos financeiros disponíveis, oriundos do exercício anterior, e os transferidos para o exercício seguinte, de acordo com o artigo 103 da Lei 4.320/64.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul  
Tribunal de Justiça  
Controle Interno e Auditoria

**Quadro 09 – Balanço Financeiro**

<b>Especificação</b>	<b>Ingressos</b>	<b>48 Dispêndios</b>
<b>Orçamentária</b>	<b>172.648.938,54</b>	<b>165.659.777,40</b>
Vinculada	172.648.938,54	165.659.777,40
<b>Extraorçamentária</b>	<b>265.189.237,32</b>	<b>256.973.144,76</b>
- Restos a Pagar Não Processados	20.106.935,50	11.236.286,42
- Restos a Pagar Processados	1.613.825,28	3.353.348,07
- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	24.728.378,90	23.643.412,63
- Outros	218.740.097,64	218.740.097,64
<b>Disponibilidade do Exercício Anterior</b>	<b>48.901.352,38</b>	
<b>Disponibilidade p/ o Exercício Seguinte</b>		<b>64.106.606,08</b>
<b>Total</b>	<b>486.739.528,24</b>	<b>486.739.528,24</b>

Fonte: Anexo 13 - Balanço Financeiro – SPF

Registra-se que o saldo financeiro proveniente do exercício anterior, na quantia R\$48.901.352,38, evidenciado no Anexo 13 da Lei nº 4.320/1964, foi devidamente transferido para o exercício de 2019, conforme determina a legislação.



# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

## Tribunal de Justiça

### Controle Interno e Auditoria

Durante o exercício houve ingresso de recursos financeiros em decorrência das receitas consignadas na lei orçamentária anual no valor R\$172.648.938,54. Além das receitas orçamentárias, houve também ingressos de recursos decorrentes da execução extraorçamentária, que consistem, de consignações referente as contratações e depósitos não judiciais.

A unidade Gestora em 2019 pagou menos restos a pagar do exercício anterior do que os inscritos no ano se ressalta também, que a mesma teve um acréscimo do valor inscrito em restos a pagar no exercício de 2019 em comparação com o ano de 2018.

A disponibilidade de caixa iniciada em 2019 foi de R\$48.901.352,38, e terminando o exercício com uma disponibilidade de caixa de R\$64.106.606,08, sendo que, R\$8.932.128,53 estão comprometidos com valores restituíveis, restando, pois, R\$55.174.477,55 para pagamento dos restos a pagar. Observa-se a suficiência de disponibilidade financeira perante a dívida flutuante.

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro foi superavitário em R\$15.205.253,70 que corresponde à variação das disponibilidades no início e no final do ano.

### **6.3 - Balanço Patrimonial**

O Balanço Patrimonial é exigido pela Lei nº 4.320/64, também é objeto de outras normas contábeis, nacionais e internacionais, além das NBCASP. É através dessa demonstração contábil a identificação da posição patrimonial da entidade em um determinado momento (situação estática).



# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Controle Interno e Auditoria

**Quadro 10 – Balanço Patrimonial**

<b>ATIVOS</b>	<b>2018</b>	<b>AV%</b>	<b>2019</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>49.168.892,94</b>	<b>67,25</b>	<b>64.483.871,54</b>	<b>51,93</b>	<b>31,15</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	48.901.352,38	66,88	64.106.606,08	51,62	31,09
Créditos	140.870,77	0,19	187.640,66	0,15	33,20
VPD Pagas Antecipadamente	126.669,79	0,17	189.624,80	0,15	49,70
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>23.948.268,25</b>	<b>32,75</b>	<b>59.694.419,02</b>	<b>48,07</b>	<b>149,26</b>
Créditos de Longo Prazo	23.948.268,25	32,75	59.694.419,02	48,07	149,26
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>73.117.161,19</b>	<b>100</b>	<b>124.178.290,56</b>	<b>100</b>	<b>69,83</b>
<b>PASSIVOS</b>	<b>2018</b>	<b>AV%</b>	<b>2019</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>12.227.883,27</b>	<b>16,72</b>	<b>12.339.768,15</b>	<b>9,94</b>	<b>0,91</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	208.818,70	0,29	207.381,72	0,17	-0,69
Fornecedores	2.277.113,21	3,11	1.756.507,98	1,41	-22,86
Demais Obrigações	9.741.951,36	13,32	10.375.878,45	8,36	6,51
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2018</b>	<b>AV%</b>	<b>2019</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>60.889.277,92</b>	<b>83,28</b>	<b>111.838.522,41</b>	<b>90,06</b>	<b>83,68</b>
Superávits ou Déficits do Exercício	31.418.949,96	42,97	62.647.337,95	50,45	99,39
Superávits ou Déficits dos Exercícios Anteriores	53.196.091,58	72,75	60.889.277,92	49,03	14,46
Ajustes de Exercício Anteriores	(23.725.763,62)	(32,45)	(11.698.093,46)	(9,42)	-50,69
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>73.117.161,19</b>	<b>100</b>	<b>124.178.290,56</b>	<b>100</b>	<b>69,83</b>

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial – SPF



# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Controle Interno e Auditoria

A análise vertical (AV) é a técnica utilizada para calcular o grau de representatividade de itens homogêneos (ativo com ativo e passivo com passivo) integrantes das demonstrações contábeis, em determinado exercício financeiro. É uma análise estática, que visa identificar a composição de cada um dos itens em relação ao todo, ou seja, compara um item do ativo (caixa e equivalentes de caixa) com o ativo total.

A análise horizontal (AH), por sua vez, consiste na comparação de um item do demonstrativo entre dois ou mais períodos, visando à verificação de sua evolução ao longo do tempo.

O quadro 10 demonstra a participação que cada item teve em relação ao total (AV), nos exercícios de 2018 e 2019, evidencia também a variação no ano de 2019 de cada item em comparação ao exercício de 2018 (AH).

A disponibilidade é composta por caixa e equivalentes de caixa. O valor R\$64.106.606,08 compreende os saldos em conta corrente e aplicações, conciliados conforme se verifica em conciliação bancária e nos extratos bancários.

Os créditos a curto prazo no valor R\$187.640,66 correspondem em grande maioria aos adiantamentos de suprimento de fundos e diárias que estão pendentes de prestação de contas, todavia, as referidas prestações encontram-se em conformidade com o período da prestação de contas.

O ativo não circulante valor R\$59.694.419,02 refere-se ao estoque da dívida ativa, conforme Ofício n. 4/PCDA/PGE/2020. Observa-se um acréscimo 149,26%, o que representa o valor R\$35.746.150,77 decorrente da inscrição de novos créditos.

O valor das Demais Obrigações a Curto Prazo é composto por valores restituíveis (consignações), depósitos não judiciais (outros depósitos e de terceiros), indenizações e restituições, e diárias.

No exercício de 2019 houve acréscimo de 83,68% no saldo patrimonial em relação ao exercício de 2018, tendo como principal contribuinte o resultado patrimonial do exercício.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul  
Tribunal de Justiça  
Controle Interno e Auditoria

A movimentação da conta Ajustes de Exercícios Anteriores está detalhada em nota explicativa, em consonância às disposições do MCASP e demais normas legais aplicáveis.

6.3.1 – Dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Quadro 11 – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Título	2018	2019	% Evolução
<b>Ativo (I)</b>	<b>73.117.161,19</b>	<b>124.178.290,56</b>	<b>69,83</b>
Financeiro	48.901.352,38	64.106.606,08	31,09
Permanente	24.215.808,81	60.071.684,48	148,07
<b>Passivo (II)</b>	<b>27.616.076,47</b>	<b>32.446.703,65</b>	<b>17,49</b>
Financeiro	26.604.224,74	30.652.889,31	15,22
Permanente	1.011.851,73	1.793.814,34	77,28
<b>Saldo Patrimonial (I-II)</b>	<b>45.501.084,72</b>	<b>91.731.586,91</b>	<b>101,60</b>

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – SPF

O Superávit Financeiro apurado no exercício é de R\$ 33.453.716,77, resultante da diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro. No exercício de 2020 a UG FUNJECC poderá usar o superávit financeiro para abertura de créditos adicionais.

Verifica-se um acréscimo no superávit financeiro de aproximadamente 50% no exercício de 2019 em relação ao exercício de 2018, o que corresponde ao valor R\$11.156.589,13.



# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Controle Interno e Auditoria

O quadro 11 evidencia a evolução dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes no exercício de 2019 em comparação ao ano anterior. O Ativo Permanente foi o item que obteve maior evolução devido a variação de 149,26% nos Créditos a Longo Prazo (Inscrição em Dívida Ativa).

## 6.3.2 – Contas de Compensação

A estrutura do Balanço Patrimonial pela Lei 4.320/64 estabelece que a demonstração também evidenciará as contas de compensação, que correspondem as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos que possam vir a afetar o patrimônio.

**Quadro 12 – Contas de Compensação**

<b>ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>Exercício 2018</b>	<b>% Em relação ao total</b>	<b>Exercício 2019</b>	<b>% Em relação ao total</b>	<b>% Variação</b>
<b>Total das Obrigações Contratuais</b>	<b>38.602.371,44</b>	<b>100</b>	<b>55.009.781,14</b>	<b>100</b>	<b>43</b>
Contratos de Serviços	35.274.395,39	96,35	53.004.173,03	91,38	50,26
Contratos de Aluguéis	3.172.993,93	3,21	1.764.008,14	8,22	-44,44
Contratos de Fornecimento de Bens	154.982,12	0,44	241.599,97	0,42	55,89

Fonte: Balancete de Verificação – SPF

O valor das obrigações contratuais corresponde aos contratos de serviços, aluguéis e fornecimento de bens, firmados entre o PJMS e terceiros. O quadro acima lista o percentual que cada espécie de contrato representa em relação ao total das obrigações contratuais, e também a variação positiva ou negativa de um exercício para o outro. Destaca-se o acréscimo de R\$16.407.409,70 em comparação ao exercício de 2018, tendo como principal representante os contratos de serviços.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul  
Tribunal de Justiça  
Controle Interno e Auditoria

#### 6.4 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

**Quadro 13 – Demonstração das Variações Patrimoniais**

<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>%AH</b>	<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>%AH</b>
Taxas	101.543.574,51	112.423.402,59	10,71	Pessoal e Encargos	1.978.132,76	12.846.534,90	549,43
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	60.736.563,21	55.498.062,34	-8,62	Uso de Bens, Serv. e Consumo de Capital Fixo	99.449.729,46	98.247.384,61	-1,21
Variações Aumentativas Financeiras	5.832.758,01	19.730.057,60	238,26	Transferências e Delegações Concedidas	16.887.353,80	8.114.760,50	-51,95
Transferências Recebidas	368.906,93	0,00	-100	VPD Financeiras	6.631.817,56	0,00	-100
Valorização e ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	440,00	15.521,21	3427,55	Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	150.754,58	301.693,89	100,12
Outras VPA	6.445.779,66	21.045.260,67	226,50	Tributárias	1.446.220,46	1.587.853,83	9,79
				Outras VPD	16.889.063,74	24.966.738,73	47,83
				<b>Resultado Patrimonial do Período</b>	<b>31.418.949,96</b>	<b>62.647.337,95</b>	<b>99,39</b>
<b>Total</b>	<b>174.928.022,32</b>	<b>208.712.304,41</b>	<b>19,31</b>	<b>Total</b>	<b>174.928.022,32</b>	<b>208.712.304,41</b>	<b>19,31</b>

Fonte: Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais – SPF



# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Controle Interno e Auditoria

O Resultado Patrimonial do exercício de 2019, apurado por meio do confronto do total das Variações Patrimoniais Aumentativas que foram de R\$208.712.304,41, com o total das Variações Patrimoniais Diminutivas que foram R\$146.064.966,46, perfaz um resultado patrimonial positivo no montante R\$62.647.337,95.

O quadro 13 indica o comportamento das variações patrimoniais no ano de 2019 em comparação ao exercício anterior. A variação de 549,43% nas VPD's de Pessoal e Encargos, decorre substancialmente do pagamento de auxílio saúde aos aposentados, e do auxílio alimentação aos servidores.

A variação de 238,26% nas VPA's Financeiras teve como contribuinte principal os juros e correção da dívida ativa, que corresponde R\$17.189.593,24 no ano de 2019.

## 6.5 - Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa pelo método direto, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

**Quadro 14 – Demonstração do Fluxo de Caixa**

<b>Atividades Operacionais</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Ingressos	405.094.033,43	416.117.415,08
Desembolsos	394.794.327,82	396.611.145,67
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>10.299.705,61</b>	<b>19.506.269,41</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Ingressos	368.906,93	0,00
Desembolsos	11.376.764,54	4.301.015,71



# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Controle Interno e Auditoria

<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos</b>	<b>(11.007.857,61)</b>	<b>(4.301.015,71)</b>
<b>Geração Líquida de Caixa</b>	<b>(708.152,00)</b>	<b>15.205.253,70</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	49.609.504,38	48.901.352,38
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	48.901.352,38	64.106.606,08

Fonte: Anexo 18 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – SPF

O Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais gerou um saldo positivo, sendo uma parcela desse saldo aplicado nas atividades de investimentos.

O Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos gerou saldo negativo em R\$4.301.015,71. O saldo negativo é composto por R\$ 1.261.093,96 das aquisições de bens permanentes e obras, e também do pagamento de restos a pagar não processados do exercício de 2018.

A geração líquida de caixa foi positiva em R\$15.205.253,70. O superávit indica que os ingressos foram suficientes para arcar com os desembolsos no exercício.

## 6.6 – Demonstrativo da Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante é constituída pelas obrigações que devem ser pagas a curto prazo. Sua composição, segundo o art. 92, da Lei nº 4.320/64, é por Restos a Pagar, excluídos os serviços da dívida; os serviços da dívida a pagar; os depósitos e os débitos de tesouraria.



# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Controle Interno e Auditoria

**Quadro 15 – Demonstrativo da Dívida Flutuante**

<b>Histórico</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>% Variação</b>
<b>Restos a Pagar</b>	<b>18.757.062,48</b>	<b>21.720.760,78</b>	<b>15,80</b>
Processados	3.368.869,28	1.613.825,28	-52,10
Não Processados	15.388.193,20	20.106.935,50	30,66
<b>Depósitos/Consignações</b>	<b>7.847.162,26</b>	<b>8.932.128,53</b>	<b>18,83</b>
<b>Total</b>	<b>26.604.224,71</b>	<b>30.652.889,31</b>	<b>15,22</b>

Fonte: Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante – SPF

O quadro acima demonstra que no exercício de 2019 os restos a pagar não processados e os depósitos/consignações tiveram um acréscimo em comparação ao ano 2018. Quanto aos restos a pagar processados, os mesmos reduziram em R\$1.755.044,00.

Pela análise, constata-se disponibilidade financeira, na conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”, apurada em 31/12/2019, no montante de R\$ 64.106.606,08, suficiente para cobrir o saldo da Dívida Flutuante.

## 7. Análise por Indicadores

É a técnica utilizada para identificar a relação entre dois elementos integrantes das demonstrações contábeis. Visa obter informações acerca da situação orçamentária, econômica e financeira da entidade, bem como dos resultados, usando quocientes obtidos por divisão simples de itens, normalmente heterogêneos.



# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Controle Interno e Auditoria

**Quadro 16 - Análise do Balanço Orçamentário**

Indicador	Metodologia	2019	Interpretação	Análise	
<b>Quociente de Desempenho da Arrecadação</b>	$\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Previsão Inicial}}$	$\frac{172.648.938,54}{160.000.000,00}$	1,079	O indicador permite avaliar a existência de excesso ou falta de arrecadação para administração dos indicadores fiscais.	A unidade Gestora FUNJECC arrecadou R\$12.648.938,54 a mais do que o previsto inicialmente no orçamento, gerando um excesso de arrecadação no exercício. Foi utilizado o valor de R\$5.000.000,00 decorrente do excesso de arrecadação para abertura de créditos adicionais.
				igual a 1 Arrecadação prevista igual à realizada.	
				> 1 Arrecadação maior do que a planejada.	
				< 1 Arrecadação menor que a planejada.	
Conclusão: quanto maior que 1, melhor.					
<b>Quociente de Execução da Receita</b>	$\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Receita Prevista Atualizada}}$	$\frac{172.648.938,54}{165.000.000,00}$	1,046	O indicador permite avaliar a existência de excesso ou insuficiência na arrecadação.	A unidade Gestora FUNJECC reestimou a receita prevista no orçamento em R\$5.000.000,00, sendo concretizado um excesso de arrecadação em R\$7.648.938,54 após reestimativa da receita. A análise considerou os créditos adicionais abertos com a fonte de recursos do excesso da arrecadação na receita prevista atualizada.
				= 1 A receita executada é igual à prevista.	
				> 1 A diferença representa excesso de arrecadação.	
				< 1 Há uma insuficiência de arrecadação.	
Conclusão: quanto maior que 1, melhor.					
<b>Quociente de Execução da Despesa</b>	$\frac{\text{Despesa Empenhada}}{\text{Dotação Atualizada}}$	$\frac{165.659.777,40}{180.500.000,00}$	0,918	Avalia a eficácia do orçamento no tocante ao desempenho da despesa.	No exercício de 2019 a unidade Gestora FUNJECC obteve uma economia orçamentária, ou seja, utilizou menos recursos do que foi autorizado no orçamento. O baixo desempenho na execução da ação 1057 contribuiu com aproximadamente 51% da economia.
				= 1 Há equilíbrio da execução da despesa.	
				> 1 Foi utilizada dotação sem autorização legal.	
				< 1 Há economia orçamentária.	



# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Controle Interno e Auditoria

<b>Quociente do Resultado Orçamentário</b>	$\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Empenhada}}$	$\frac{172.648.938,54}{165.659.777,40}$	1,042	Conclusão: quanto menor que 1, melhor.	A unidade Gestora FUNJECC apresentou um superávit orçamentário em R\$6.989.161,14.
				Indica se no período ocorreu superávit ou déficit orçamentário.	
				= 1 Há equilíbrio do resultado orçamentário.	
				> 1 Há superávit orçamentário na execução.	
				< 1 Há déficit orçamentário na execução.	
Conclusão: quanto maior, melhor.					
<b>Quociente do Equilíbrio Orçamentário</b>	$\frac{\text{Previsão Inicial da Receita}}{\text{Dotação Inicial da Despesa}}$	$\frac{160.000.000,00}{160.000.000,00}$	1,000	Indica se há equilíbrio entre a previsão e a fixação na LOA.	A unidade Gestora FUNJECC atendeu ao princípio do equilíbrio orçamentário, ou seja, a receita estimada e a despesa fixada em igual valor.
				= 1 Há equilíbrio entre previsão inicial da receita e fixação inicial da despesa.	
				> 1 Indica desequilíbrio da previsão das receitas.	
				< 1 Mostra desequilíbrio em favor da fixação das despesas.	
<b>Quociente da Execução Orçamentária Corrente</b>	$\frac{\text{Receitas Correntes Realizadas}}{\text{Despesas Correntes Empenhadas}}$	$\frac{172.648.938,54}{160.914.090,03}$	1,073	Indica se a receita corrente suportou a despesa corrente.	As receitas correntes superaram as despesas correntes, gerando um resultado corrente superavitário.
				= 1 Há equilíbrio da execução orçamentária corrente.	
				> 1 Há superávit orçamentário corrente.	
				< 1 Há déficit orçamentário corrente.	
				Conclusão: quanto maior, melhor.	
<b>Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação</b>	$\frac{\text{Créditos Adicionais Abertos por Excesso de Arrecadação}}{\text{Total do Excesso de Arrecadação}}$	$\frac{5.000.000,00}{12.648.938,54}$	0,395	Indica a parcela do excesso de arrecadação utilizada para abertura de créditos adicionais.	A abertura de créditos adicionais com a fonte de recursos do excesso da arrecadação foi inferior ao excesso do período analisado, sendo assim, encontra-se regularidade com a legislação.
				Se > 1, crédito aberto maior do que o excesso de arrecadação	
				Se < 1, crédito aberto menor do que o excesso de arrecadação	
				Se = 1, crédito aberto no limite do excesso de arrecadação	



# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Controle Interno e Auditoria

<b>Quociente de Utilização do Superávit Financeiro</b>	Créditos Adicionais Abertos por Superávit Financeiro	15.500.000,00	0,695	Indica a parcela do superávit financeiro utilizada para abertura de créditos adicionais.	A abertura de créditos adicionais com a fonte de recursos do superávit financeiro foi inferior ao superávit financeiro do exercício anterior, sendo assim, encontra-se regularidade com a legislação.
	÷	÷		= 1 Crédito aberto no limite do superávit financeiro.	
	Total do Superávit Financeiro Apurado no Exercício Anterior	22.297.127,64		> 1 Crédito aberto maior do que o superávit financeiro.	
				< 1 Crédito aberto menor que o superávit financeiro.	
<b>Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária</b>	Receita Realizada	172.648.938,54	1,199	Indica o quanto da receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária paga.	No exercício de 2019 as receitas arrecadadas foram superiores a despesa paga.
	÷	÷		igual 1 Toda arrecadação foi utilizada em pagamentos.	
	Despesa Paga	143.939.016,62		> 1 A arrecadação superou os pagamentos.	
				< 1 A arrecadação foi inferior aos pagamentos.	
				Conclusão: quanto maior, melhor.	

## Quadro 17 - Análise do Balanço Financeiro

Indicador	Metodologia	2019		Interpretação	Análise
<b>Quociente dos Recursos Ordinários</b>	Recursos Ordinários Arrecadados ÷ Recursos Ordinários Empenhados	172.648.938,54 ÷ 165.659.777,40	1,042	Indica a proporção dos recursos ordinários arrecadados no exercício, disponíveis para cobertura de empenhos.	Os recursos arrecadados no exercício de 2019 pela unidade gestora foram suficientes perante as despesas realizadas no mesmo período.



# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Controle Interno e Auditoria

<b>Quociente da Execução Extraorçamentária</b>	Recebimentos Extraorçamentários ÷ Pagamentos Extraorçamentários	265.189.237,32 ÷ 256.973.144,76	1,032	Indica sob a forma de quociente o total dos recebimentos extraorçamentários na proporção do total dos pagamentos extraorçamentários.	No exercício de 2019 os ingressos extraorçamentários superaram os dispêndios.
<b>Quociente do Resultado dos saldos Financeiros</b>	Saldo que passa p o Exercício Seguinte ÷ Saldo do Exercício Anterior	64.106.606,08 ÷ 48.901.352,38	1,311	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit do resultado financeiro.	A UG FUNJECC apresentou um resultado financeiro superavitário no valor R\$15.205.253,70.
				igual a 1 Há equilíbrio entre recebimentos e pagamentos.	
				> 1 Há superávit do resultado financeiro.	
				< 1 Há déficit do resultado financeiro.	
Conclusão: quanto maior, melhor.					

## Quadro 18 - Análise do Balanço Patrimonial

Indicador	Metodologia	2019	Interpretação	Análise	
<b>Situação Financeira</b>	Ativo Financeiro ÷ Passivo Financeiro	64.106.606,08 ÷ 30.652.889,31	2,091	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit financeiro.	A UG FUNJECC teve um superávit financeiro no ano analisado que poderá ser utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais no exercício de 2020.
				igual a 1 Há equilíbrio da situação financeira.	
				> 1 Há superávit financeiro	
				< 1 Há déficit financeiro.	
Conclusão: quanto maior, melhor.					
<b>Liquidez Imediata</b>	Caixa e Equivalentes de Caixa ÷ Passivo Circulante	64.106.606,08 ÷ 12.339.768,15	5,195	Indica a capacidade financeira de a entidade honrar de forma imediata suas dívidas de curto prazo.	A UG FUNJECC possui recursos em caixa e equivalentes de caixa para quitar todos os passivos de curto prazo.
				igual a 1 Há equilíbrio dos ativos de liquidação imediata com o passivo circulante	
				> 1 Indica sobre de ativos de liquidação imediata para honrar os passivos de curto prazo.	
				< 1 Indica a falta de ativos de liquidação imediata para honrar os passivos de curto prazo	



# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Controle Interno e Auditoria

				Conclusão: quanto maior, melhor.	
<b>Liquidez Corrente</b>	Ativo Circulante ÷ Passivo Circulante	64.483.871,54 ÷ 12.339.768,15	5,226	Indica a capacidade de a entidade pagar suas dívidas de curto prazo com os recursos existentes no Ativo Circulante.	A UG FUNJECC apresenta saldo suficiente de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo no ano analisado.
				igual a 1 Indica equilíbrio de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo.	
				> 1 Indica sobra de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo.	
				< 1 Indica falta de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo.	
				Conclusão: quanto maior, melhor.	
<b>Composição do Endividamento</b>	Passivo Circulante ÷ Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	12.339.768,15 ÷ 12.339.768,15	1,000	Indica a proporção das dívidas de curto prazo em relação ao endividamento total.	A UG FUNJECC apresenta a totalidade de sua dívida em curto prazo, ou seja, exigível no próximo exercício.
				igual a 1 Indica que a totalidade da dívida realizar-se-á no próximo exercício financeiro.	
				< 1 Indica quanto da dívida realizar-se á no próximo exercício financeiro.	
				Conclusão: quanto menor, melhor.	

**Quadro 19 - Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais**

Indicador	Metodologia	2019		Interpretação	Análise
<b>Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais</b>	Total das VPA's ÷ Total das VPD's	208.712.304,41 ÷ 146.064.966,46	1,429	Evidencia a relação entre o total das VPA e o total das VPD	Em 2019, a UG FUNJECC apresentou um superávit patrimonial, sendo as VPA's maiores que as VPD's.
				igual a 1 Há equilíbrio da situação patrimonial.	
				> 1 Há superávit patrimonial no exercício.	
				< 1 Há déficit patrimonial no exercício.	
				Conclusão: quanto maior, melhor.	
<b>Quociente da Participação do Grupo Impostos, Taxas e</b>	Total Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	112.423.402,59 ÷ 208.712.304,41	0,539	Indica o quanto o grupo influenciou as variações aumentativas no exercício.	O quociente indica que as VPA's de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria representam 53,90% do total das VPA's.
				igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPA do exercício.	



# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

## Tribunal de Justiça

### Controle Interno e Auditoria

Contribuições de Melhoria nas VPA's	÷ Total VPA's				
				>1 Indica inconsistência	
				< 1 Mostra a influência do grupo na totalidade das VPA no exercício.	
<b>Quociente da Participação do Grupo Exploração e Venda de Bens Serviços e Direitos nas VPA's</b>	Total das VPA's da Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos ÷ Total das VPA's	55.498.062,34 ÷ 208.712.304,41	0,266	Indica o quanto o grupo influenciou as variações aumentativas no exercício.	O quociente indica que as VPA's de de Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos representam 26,60% do total das VPA's.
				igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPA do exercício.	
				>1 Indica inconsistência	
				< 1 Mostra a influência do grupo na totalidade das VPA no exercício.	
<b>Quociente da Participação do Grupo Financeira nas VPA's</b>	Total VPA's Financeiras ÷ Total VPA's	19.730.057,60 ÷ 208.712.304,41	0,095	Indica o quanto o grupo influenciou as variações aumentativas no exercício.	O quociente indica que as VPA's Financeiras representam 9,50% do total das VPA's.
				igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPA do exercício.	
				>1 Indica inconsistência	
				< 1 Mostra a influência do grupo na totalidade das VPA no exercício.	
<b>Quociente da Participação do Grupo Outras nas VPA's</b>	Total Outras VPA's ÷ Total VPA's	21.045.260,67 ÷ 208.712.304,41	0,101	Indica o quanto o grupo influenciou as variações aumentativas no exercício.	O quociente indica que Outras VPA's representam 10,10% do total das VPA's.
				igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPA do exercício.	
				>1 Indica inconsistência	
				< 1 Mostra a influência do grupo na totalidade das VPA no exercício.	
<b>Quociente da Participação do Grupo Pessoal e</b>	Pessoal e Encargos ÷ Total VPD's	12.846.534,90 ÷ 146.064.966,46	0,088	Indica o quanto o grupo influenciou as variações diminutivas no exercício.	O quociente indica que as VPD de Pessoal e Encargos representam 8,80% do total das VPD's.
				igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPD's do exercício.	



# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Controle Interno e Auditoria

Encargos nas VPD's				>1 Indica inconsistência	
				< 1 Mostra a influência do grupo na totalidade das VPD's no exercício.	
Quociente da Participação do Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo nas VPD's	Total de Uso de Bens Serviços e Consumo de Capital Fixo ÷ Total VPD's	98.247.384,61 ÷ 146.064.966,46	0,673	Indica o quanto o grupo influenciou as variações diminutivas no exercício.	O quociente indica que as VPD's de Uso de Bens Serviços e Consumo de Capital Fixo representam 67,30% do total das VPD's.
				igual a 1 Indica que a totalidade do grupo é igual às VPD's do exercício.	
				>1 Indica inconsistência	
				< 1 Mostra a influência do grupo na totalidade das VPD's no exercício.	

**Quadro 20 - Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa**

Indicador	Metodologia	2019		Interpretação	Análise
<b>Quociente dos Fluxos de Caixa Operacional</b>	Ingressos de Caixa de Operações ÷ Dispêndios de Caixa de Operações	416.117.415,08 ÷ 396.611.145,67	1,049	Indica a geração líquida de caixa oriunda das atividades operacionais.	Os ingressos operacionais superaram os desembolsos, contribuindo para geração líquida de caixa e equivalentes de caixa. No ano de 2019 uma parcela da sobra de caixa das atividades operacionais foi aplicada em despesas da atividade de investimento.



# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Controle Interno e Auditoria

## 8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a UG FUNJECC utilizou aproximadamente 92% do orçamento autorizado com a prestação de serviços administrativos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

As Demonstrações Contábeis foram complementadas por Notas Explicativas, com objetivo de evidenciar e explicar o que as demonstrações contábeis sozinhas não mostram, contribuindo para a compreensibilidade, a transparência e o controle social da gestão pública.

Em razão das análises efetuadas concluímos pelo Parecer Técnico Conclusivo **Favorável** da referida prestação de contas.

O teor deste documento deve ser levado ao conhecimento do Responsável pela Administração para elaboração do Pronunciamento Próprio do Gestor.

O parecer supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas na presente avaliação, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

É o parecer

Campo Grande, 20 de março de 2019.

**Heloise Rezende da Silva**

**Técnica de Nível Superior Contábil**

(assina digitalmente)

**Kele Cristina Leite de Melo**

**Diretora Controle Interno e Auditoria**

(assina digitalmente)